



**FAMÍLIA MONOPARENTAL FEMININA: UM OLHAR SOBRE AS MULHERES
CHEFE DE FAMÍLIA REFERENCIADAS NO CRAS DE UM MUNICÍPIO DE
PEQUENO PORTE.**

**RIBEIRO, Danielly. A. M¹
MARIANO, Nívea. A
LOPES, Sandra. O. B**

Danielly A M Ribeiro

Artigo submetido em 27/07/2012

Artigo aceito em 20/08/2012

Correio eletrônico: danielly.ribeiro2@hotmail.com

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo compreender o significado de ser uma mulher chefe de família monoparental. Para isso, abordaram-se as transformações ocorridas nas configurações familiares até os dias atuais; a questão gênero e seus reflexos na vida das mulheres; e por fim, buscou-se compreender as mulheres chefe de família monoparental e suas particularidades.

Palavras- chave: Família. Gênero. Família monoparental feminina.

ABSTRACT

This study aims to understand the meaning of being a woman head of single-parent family. For this, addressed to the changes occurring in settings familiar to the present day, the gender issue and its effects on women's lives, and finally, we sought to understand women head single-parent family and its particularities.

Keyword: Family. Gender. Female single-parent Family.

¹ Bacharel em Serviço Social pela FAPEPE/UNIESP.

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca compreender as transformações ocorridas nas configurações familiares até os dias atuais; entender a questão gênero e seus reflexos na vida das mulheres; e compreender as mulheres chefe de família monoparental e suas particularidades, para por fim compreender o significado de ser uma mulher chefe de família monoparental.

1. EVOLUÇÃO SÓCIO HISTÓRICA DAS FAMÍLIAS

Segundo Morgan apud Engels (1891) no período pré-histórico podia-se perceber a existência de três modelos de família: a família consanguínea, a família punaluana e a família sindiásmica.

Na formação familiar consanguínea:

Os grupos conjugais classificam-se por gerações: os avôs e avós, nos limites da família, são maridos e mulheres entre si; o mesmo sucede com seus filhos, quer dizer, com os pais e mães; os filhos destes, por sua vez, constituem o terceiro círculo de cônjuges comuns; e os seus filhos, isto é, os bisnetos dos primeiros, o quarto círculo. (ENGELS, 1891, p. 50).

Para Cano; Ferriane (2000, p. 26) o poder familiar neste tipo de formação

era exercido pela mulher. Ela era responsável por tecer, cozinhar, cuidar dos filhos e confeccionar os utensílios que eram utilizados pela tribo, enquanto os homens eram responsáveis por manter e proteger os clãs, além de pescar, caçar e construir as ferramentas.

Na família consanguínea todos os descendentes de um casal, mesmo sendo de gerações diferentes, eram considerados como irmãos e irmãs, e por serem irmãos se relacionavam sexualmente uns com os outros.

De acordo com Engels (1891, p. 51), a organização da configuração familiar punaluana já demonstrava um progresso maior em relação à família consanguínea, pois além de excluir pais e filhos de relacionamentos sexuais entre si, excluía também irmãos e irmãs carnais.

Para Engels apud Marcassa, (2006, p. 00) sendo excluídas as relações entre irmãos e irmãs carnais, cria-se a categoria dos sobrinhos e sobrinhas, primos e primas, e a partir daí, o modelo de família onde são instituídas as gens, ou seja, um “círculo fechado de parentes consanguíneos por linha feminina, que não podem se casar uns com os outros” (ENGELS, 1891, p. 56), e que através de instituições comuns, de ordem social e religiosa, distinguem-se das outras gens da mesma tribo.

Com a proibição ao relacionamento sexual entre irmãos e irmãs, sobrinhos e sobrinhas e primos e primas, tornam-se impossíveis às uniões por grupos, e assim, o modelo de família punalua é substituída pela família sindiásmica.

Conforme Engels (1891, p. 62), na família sindiásmica, os relacionamentos já eram entre pares, ou seja, homens e mulheres, já conviviam como casal. A poligamia e a infidelidade por parte dos homens eram consideradas como

direito. No entanto, exigia-se rígida fidelidade das mulheres, enquanto o casal permanecesse junto. A infidelidade desta era punida com atos de extrema crueldade. Contudo, as uniões entre os casais se dissolviam com muita facilidade, e o direito de permanecer com os filhos continuava sendo da mulher.

A partir do surgimento da ideia de propriedade privada, segundo Engels (1891), e à medida que aumentavam as riquezas produzidas, o homem passa a ter um papel mais importante que a mulher dentro da família, pois se torna o seu mantenedor, o detentor dos bens produzidos e com isso, é modificado a ordem de herança estabelecida, e extinto o direito materno.

De acordo com Engels (1891) a primeira configuração familiar existente foi a família patriarcal, que surgiu na fase intermediária entre a família sindiásmica e a família monogâmica. “O que caracteriza essa família, é a organização de certo número de indivíduos, livres e não livres numa família submetida ao poder paterno do seu chefe” (1891, p. 76).

Para Freire apud Sarti (1992, p. 38) essa configuração familiar tinha como residência a casa grande (e a senzala), e como principal eixo de sustentação, a escravidão, o latifúndio e o patriarcado rural.

Para Rocha (2008 p. 57) a partir do século XVIII até meados do século XX ocorreram revoluções políticas, sociais e econômicas, que ocasionaram em uma importante transformação na sociedade. Neste período ocorreu o processo de urbanização e industrialização, e conseqüentemente o esvaziamento progressivo do campo para as cidades, com isso, no meio urbano, formou-se uma nova configuração da sociedade, com novas formas de viver e se relacionar, a família nuclear burguesa.

Para Cardozo; Peretti (2010) a substituição da família patriarcal pela família nuclear aconteceu devido à exploração da força de trabalho feminina, quando, através de seu

assalariamento, aconteceu uma maior “independência” em relação ao marido. A família nuclear apesar de continuar sendo monogâmica, apresenta novas características na sua organização.

Ainda de acordo com esta autora (2001, p. 10) na família nuclear, houve uma reformulação dos papéis masculino e feminino na relação conjugal no que se refere à questão da chefia dentro do casamento, visto que, ambos passaram a estar no mesmo patamar na questão do comando. Essa reformulação de papéis favoreceu o surgimento de novos padrões de comportamento de ambos os sexos. A mulher passa a ter uma maior liberdade sexual e a questão da fidelidade passa a ser discutido pelo casal de forma mais aberta.

A partir do século XX, juntamente com a família nuclear, foram reconhecidas como entidades familiares outras configurações de família. Dentre essas, a família monoparental, ou seja, a família formada por um dos genitores e a prole.

Para Sousa (2008, p. 39) a família monoparental é uma configuração de família que se coloca como “fenômeno social dos tempos modernos”, pois é reflexo de várias mudanças políticas, sociais e econômicas, o que leva especialistas de

todas as áreas a desenvolver pesquisas, voltadas para a realidade destas famílias.

Para Vitale apud Brito:

A expressão “Famílias Monoparentais” foi utilizada, segundo Nadine Lefaucher, na França, desde a metade dos anos setenta, para designar as unidades domésticas em que as pessoas vivem sem cônjuge, com um ou vários filhos com menos de 25 anos e solteiros. (2008, p. 43)

Segundo Sousa (2008, p. 39) com relação aos fatores que determinam a monoparentalidade percebe-se que, não existe apenas um fator determinante da monoparentalidade, esta pode ser desencadeada por vários motivos, dentre eles, “o divórcio, separação, viuvez, abandono, adoção ou simples opção”.

De acordo com Franco (2000, p. 13) a família monoparental passou a ser vista como configuração familiar no Brasil a partir da década de 1960, com a legalização da dissolução do casamento, pois, após o divórcio, os homens deixavam a casa, e as mulheres permaneciam com os filhos nos domicílios, passando a ser provedoras e referência da família.

De acordo com Barroso; Bruschini apud Brito (2005, p. 8) somente a partir dos anos 70 que essa configuração de família ganhou visibilidade no Brasil, passando a fazer

parte das pesquisas sociológicas brasileiras, visto que, aumentou de forma significativa o número de famílias com este perfil neste período.

Para Santos; Santos (2009, p. 7) a Constituição Federal de 1988 trouxe mudanças significativas para a família brasileira, pois, nesta ocorreu à ampliação do conceito de família, passando a ser reconhecidas as “entidades familiares decorrentes, tanto da união estável entre homem e mulher, quanto da advinda da comunidade entre qualquer dos pais e seus descendentes”.

Assim, de acordo com Santos; Santos:

o artigo da Constituição Federal, 226, § 4º que dispõe “entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes”, passa não só a reconhecer a existência das famílias monoparentais, como também lhes confere a especial proteção do Estado. (2009, p. 7).

A Constituição Federal de 1988 ao reconhecer a família como “qualquer dos pais e seus descendentes”, reconhece como entidade familiar a família monoparental feminina.

Desse modo, para Sousa (2008, p. 44) grande parte das mulheres chefes de família monoparental consegue prover seus domicílios com a renda

gerada por seu trabalho, entretanto, esta é uma situação que gera sobrecarga nessas mulheres, pois além do trabalho remunerado, ainda se responsabiliza pelas atividades domésticas e cuidados com os filhos.

2. GÊNERO FEMININO: UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL

Saffioti apud Carloto, afirma que:

[...] a construção dos gêneros se dá através da dinâmica das relações sociais. Os seres humanos só se constroem como tal em relação com os outros, considera que não se trata de perceber apenas corpos que entram em relação com outro. É a totalidade formada pelo corpo, pelo intelecto, pela emoção, pelo caráter do EU, que entra em relação com o outro. Cada ser humano é a história de suas relações sociais, perpassadas por antagonismos e contradições de gênero, classe, raça/etnia. (2012, p.1)

De acordo com Scherer (2008, p, 18) “o conceito de gênero como construção social, não se trata de focar as mulheres como objeto de estudo, e sim, o processo de formação da feminilidade e masculinidade”, ou seja, o que deve ser objeto de estudo é a identidade de gênero, que tanto pode ser feminino como masculino.

Para Santos (2008, p.13) a sociedade impõe padrões e cria representações sobre a figura do homem e da mulher. Essas representações envolvem as relações de gênero e devem ser entendidas como o resultado de tudo o que se expressa ou pensa sobre as diferenças biológicas. Essas representações não estão diretamente relacionadas às diferenças anatômicas entre homens e mulheres, mas são criações históricas, sociais e culturais que vivem em permanente mutação, e que definem os comportamentos masculinos e femininos.

2.1. Evolução sócio histórica da mulher

Segundo Lopes apud Santos (2008, p.18) no século XVI surge o conceito de modernidade que significou a “mundanização do mundo, ou seja, afirmação da autonomia e da individualidade dos sujeitos e adoção da ciência como estratégia de apropriação do mundo”. A mulher, nesse contexto, passa a ser excluída da esfera privada, uma vez que a mundanização foi masculina. Este foi um momento de repressão ao feminino, e tentativa de construção de papéis sociais masculinos e femininos na sociedade.

Segundo Probst (2003, p.2), durante a I e II Guerras Mundiais (1914 – 1918 e 1939 – 1945), os homens foram

para as frentes de batalha, as mulheres assumiram os negócios da família e passaram a ocupar as vagas deixadas pelos homens no mercado de trabalho.

Com o fim da guerra alguns dos sobreviventes que foram mutilados ficaram impossibilitados de voltar ao trabalho. Isso fez com as mulheres deixassem suas casas e assumissem os projetos e o trabalho que eram realizados pelos seus maridos (PROBST, 2003, p. 2).

De acordo com Marcondes apud Costa (2007, p.35), no século XVIII, ocorreram mudanças políticas, sociais e econômicas que deram origem a uma nova forma de se pensar o homem e a mulher embasada na ideia de diferença sexual. Emergiram, neste século, “as noções de autonomia, de igualdade e de liberdade, pressupostos fundamentais da Revolução Francesa”.

Ainda segundo os mesmos autores, essa Revolução trouxe a possibilidade de:

[...] uma reviravolta – na história das mulheres. Elas foram às ruas e se movimentaram no cenário da Revolução, ocuparam novos espaços e estiveram na linha de frente de inúmeras manifestações públicas do final do século XVIII. No entanto, tão logo oportunidades surgiram, por meio inicialmente de uma expansão do espaço

público e da possibilidade de um alargamento no campo dos direitos sociais e políticos, houve um sopro discursivo contrário que propôs uma nítida fronteira demarcação dos espaços público e privado. (2007, p.35).

De acordo com Costa (2007, p.35) as mudanças políticas, sociais e econômicas ocorridas no final do século XVIII, aliadas aos pressupostos da Revolução Francesa, fizeram com que as mulheres se manifestassem e conquistassem novos espaços públicos, assim como, possibilitou uma ampliação no campo dos direitos sociais e políticos para essas mulheres, porém, continuou existindo uma demarcação para essas, entre os espaços públicos e privados.

Portanto, no século XX, as mulheres passam a ter uma maior autonomia para decidir como, ou de que forma querem estabelecer suas relações conjugais. Por outro lado, existe também na atualidade um grande contingente de mulheres que por alguns fatores (divórcio, viúves, etc.) não estabelecem qualquer tipo de relação conjugal. Essas mulheres assumem a chefia do domicílio e tornam-se responsáveis por todas as questões referentes a este.

1.2. O desenvolvimento sócio histórico da mulher no Brasil

De acordo com Samara apud Araújo (2002, p.01) Entre o século XVII

e XVIII a vida feminina no Sistema Colonial era restrita "ao bom desempenho do governo doméstico e na assistência moral à família, fortalecendo seus laços". Ao homem, cabia o papel de prover a mulher e os filhos. E à mulher obedecer ao marido para receber essa proteção.

Neste período, as mulheres eram dominadas pelos homens em todos os campos. A mulher aprendia aceitar essa dominação desde a infância com os pais através da ideologia da igreja católica. Isso ocorria devido à ausência de instrução, visto que, a educação que recebiam tinha como objetivo a formação de uma boa esposa, para isso, aprendiam costurar, bordar, cozinhar e, as mais abastadas, a pintar e tocar algum instrumento.

Conforme Calil (2007, p.1) a partir dos anos 50, o Brasil passou por um período de urbanização e industrialização que empurrou a mulher para o mercado de trabalho:

Segundo Lima (2008, p.6) os cargos ocupados pelas mulheres nas fábricas, eram de fiandeiras e tecelãs, funções importantes, porém que não exigiam nenhum tipo de qualificação profissional, a mulher aprendia a exercer estas funções no próprio trabalho do dia a dia.

No contexto da industrialização, a mulher além de desenvolver atividades remuneradas para o capital com o objetivo de contribuir com o provimento do domicílio, continuou a desenvolver suas funções domésticas como educar os filhos e cuidar da casa.

De acordo com Abrahão (2003, p.35), a formação das famílias monoparentais femininas se deu a partir da consolidação do divórcio que foi fator determinante para formação das famílias chefiadas por mulheres

Atualmente, de acordo com Simas (2008, p.3), as mulheres chefes de família, principalmente das camadas populares, além de exercer atividades econômicas para prover o domicílio, continuam cumprindo o papel de “donas de casa”, se responsabilizando totalmente pelas tarefas de cuidado com a família, isso gera uma sobrecarga de trabalho e diminuição na sua qualidade de vida.

Portanto para Carloto (2005, p. 16), as políticas públicas de combate à pobreza devem oferecer uma rede de proteção social constante para essas mulheres e assim proporcionar a possibilidade de retirada dessas, da condição de vulnerabilidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após traçar o perfil das mulheres chefe de família em um município de pequeno porte e fazer análise dos depoimentos dessas mulheres constatou-se que, no que se refere ao número de filhos, prevaleceram às famílias com apenas um filho, demonstrando a redução da quantidade de filhos das unidades familiares pesquisadas.

Percebeu-se também que, os fatores que influenciaram a transformação desse grupo em famílias monoparentais femininas inferiram-se a separação e o divórcio, visto que, estes foram determinantes para a formação desta configuração familiar.

Outro aspecto relevante que se observou está relacionado à divisão de responsabilidades, pois a mulher chefe de família, tendo que suprir a ausência do pai, ocupa simultaneamente vários e diferentes lugares, dona de casa, mãe e trabalhadora, reproduzindo seu papel histórico.

Destacou-se o fato de que, todas as entrevistadas não exercem atividade remunerada, utilizando como principal forma de sustento benefícios da Previdência Social, assim como, Pensão Alimentícia por parte dos progenitores dos filhos. Acrescenta-se a isto, a participação destas famílias em programas de transferência de renda,

como complemento na sobrevivência deste grupo.

Neste contexto percebeu-se que, a família extensa tem desempenhado um papel relevante, no sentido de rede de apoio e solidariedade, na busca de soluções para as dificuldades do cotidiano destas famílias, sejam elas financeiras e/ou cuidado com as crianças. Por fim, a análise dos depoimentos permitiu concluir que apesar de todas as condições adversas às quais as mulheres chefes de família monoparentais se encontram submetidas, elas lutam, insistem na busca de um futuro melhor para elas e, principalmente, para seus filhos.

REFERÊNCIAS

- ENGELS, F. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Tradução: H. Chaves, Lisboa: Presença, 1891. 236 p.
- CANO, M. A. T.; FERRIANE, M. G. C. **A Organização social da vida familiar através dos tempos**. Revista Acta Paul Enf, v.13, n. 3 set/dez. 2000. Disponível em: http://www.unifesp.br/denf/acta/2000/13_3/pdf/art3.pdf. data 13/09/2011
- MARCASSA, L, Resumo do livro: **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Revista de Educação SARE (Sistema Anhanguera de Revista Eletrônica), v.9,nº9,2006Textodisponívelem:<http://www.sare.unianhanguera.edu.br/index.php/reduc/search/results.datado> acesso:12/10/2011
- ROCHA, M. N. **As representações sociais da AIDS: O significado da família para o enfrentamento da doença**. Rio de Janeiro, 2008. Texto disponível em: http://www2.dbd.pucrio.br/pergamum/tesabertas/0610370_08_pretextual.pdf data do acesso: 06/01/2012
- SARTI, C. A. **Família Patriarcal entre os Pobres Urbanos**. Revista Cad. Pesq, São Paulo, nº 82,Agosto,1992.Texto disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/953.pdf>. data do acesso: 27/12/2011.
- CARDOZO, M. M.; PERETTI, R. M. P. **O desenvolvimento da família e a nova condição da mulher na sociedade capitalista**. Londrina, 2010. Texto disponível em: www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais.../4_marianacardoso.pdf data do acesso: 02/01/2012.
- SOUSA, A. P. **Estudo Comparativo das famílias monoparentais masculinas x monoparentais femininas: a influência do genitor no desenvolvimento familiar**. Franca, 2008. Texto disponível em: http://www.franca.unesp.br/ssrealidade/SR_17N2.pdf. Data do acesso: 11/01/2012
- FRANCO, A. A. P. **Serviço Social - Compreensão dos papéis familiares**. In: Revista Serviço Social e Realidade. Franca, 2000 Texto disponível em: http://www.franca.unesp.br/ssrealidade/sr_9_N2.PDF. Acesso em: 27/12/2011.
- SANTOS, J. B. SANTOS, M. S. da C. Família monoparental brasileira. **Revista Jurídica**, Brasília – DF, v. 10, nº 92, p. 01-30, outubro/2008 a janeiro/2009.
- BRITO, F. S. Mulher chefe de família: Um estudo de gênero sobre a família monoparental feminina. **Revista**

Urutágua-revista acadêmica multidisciplinar. Nº 15 – abr./mai./jun./jul. 2008 – Quadrimestral – Maringá. Texto disponível em: www.urutagua.uem.br/015/15brito.pdf. Data do acesso: 15/04/2011

CARLOTO, C. M. O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. Londrina: **Revista Serviço Social Uel**, 2012. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v3n2_genero.htm>. Acesso em: 01 maio 2012.

SCHERER, A. C. S. **Trajetória das mulheres bem sucedidas profissionalmente:** Uma Análise Antropológica a partir de Padrões Culturais de Gênero. 2008, 118f. Dissertação (Mestrado) - Porto Alegre, PUC do Rio Grande do Sul. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/SOCIOLOGIA/2009/17_8078D10Dd01.pdf Acesso em: 29 abr. 2011

PROBST, E. R. **A Evolução Da Mulher No Mercado De Trabalho.** Icpq, Santa Catarina,. 2003. Janeiro à Junho. Disponível em: <<http://www.posuniasselvi.com.br/artigos/rev02-05.pdf>>. Acesso em: 07 maio 2012

COSTA, P. À. **A Janela das Andorinhas:** a experiência da feminilidade em uma comunidade rural. 2007. 103 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Puc-rio, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.maxwell.lambda.ele.pucrio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultad&nrSeq=10160@1>. Acesso em: 08 maio 2012.

ARAÚJO, R. P. **Ser mãe na Colônia:** a condição da mulher sob o aspecto da maternidade irregular (séc. XVII e XVIII). Texto disponível em:

<http://www.klepsidra.net/klepsidra10/mulheres.html>

CALIL, L. E. S. Direito do trabalho da mulher: ontem e hoje. **Revista Âmbito Jurídico**, disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=seminarios_artigos&id_s=22 Acesso em 20 mai. 2012

LIMA, J. S. **Mulheres Tecidas:** o trabalho feminino nas fábricas de tecidos no final do século XIX e princípio do século XX. Texto disponível em: http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Arquivos_senept/anais/quarta_tema5/QuartaTema5Artigo3.pdf. Acesso em 20 mai. 2012.

ABRAHÃO, I, G, **A família monoparental formada por mães sozinhas por opção através da utilização de técnicas de inseminação artificial no ordenamento jurídico brasileiro.** 2003. Dissertação (Graduação) – Minas Gerais, PUC, 2003. Disponível em: http://www.fmd.pucminas.br/Virtuajus/ano2_2/AfamiliaParentalformadapormaessozinhas.pdf. Acesso em 22 mai. 2012.

CARLOTO, C. M. A chefia familiar feminina em situações de extrema pobreza. **Revista Virtual Textos & Contextos**, nº 4, dezembro 2005. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/994/774>>. Acesso em: 27 de janeiro de 2012.

SIMAS, S. Mulheres chefes de Família de bairros populares de Joinville/ SC – 1995 a 2007, **Revista Fazendo Gênero** 8 - Corpo, Violência e Poder, 2008. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST34/Sara_Simas_34.pdf. Acesso em 30 mai. 2012.